

## Reforma do Código Civil Brasileiro

O Projeto de Lei PL n.4/2025  
comparado artigo a artigo



# A Parte Geral da Reforma do Código Civil

**Coordenação Sistêmica entre  
Ilicitude, Responsabilidade Civil e  
Direito Digital**

PATRÍCIA CARRIJO

Integrante da Comissão de Reforma

# O Código Civil de 2002 não conceituou ato ilícito, mas sim responsabilidade civil

## O Equívoco

O artigo 186 do Código Civil de 2002 cometeu um equívoco conceitual fundamental ao definir o ato ilícito pela causação do dano. Esta confusão limitou significativamente o alcance do instituto da ilicitude no ordenamento jurídico brasileiro.

### A Distinção Necessária

#### Ilícito

Conduta contrária ao direito (antijuridicidade), que existe **independentemente** de causar dano

#### Responsabilidade Civil

Uma das possíveis **consequências** do ato ilícito

## Consequência do Equívoco

Limitação da eficácia da reparação civil à reparação do dano, ignorando as funções preventiva e pedagógica essenciais para a tutela integral da pessoa no século XXI.



# Ilícito é conduta contrária ao direito, independente de causar dano

## A Nova Redação do Art. 186

O artigo 186 proposto corrige o equívoco conceitual do Código atual, estabelecendo que a ilicitude é a antijuridicidade em si, independentemente da existência de um dano. Esta mudança resgata os ensinamentos de Pontes de Miranda sobre a relação entre o ilícito e a responsabilidade civil ser entre gênero e espécie.

*"Art. 186. A ilicitude civil decorre de violação a direito.*

*Parágrafo único. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, imprudência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, responde civilmente."*

## Eficácias da Ilicitude

1

### Eficácia Invalidante

Ex.: Transporte de substância entorpecente

2

### Eficácia Caducificante

Ex.: Herdeiro que sonega bens

3

### Eficácia Autorizante

Ex.: Doador que revoga por ingratidão

# Se o século XX foi o século da reparação, o século XXI é o século da prevenção

## SÉCULO XX

### O Paradigma Reparatório

A grande batalha da responsabilidade civil no século XX foi a virada de olhar para a vítima, potencializando a reparação integral dos danos. A função reparatória possui caráter **ex post facto**: só nasce o direito à reparação após a concretização do dano.

**Foco:** Danos individuais e patrimoniais (Caio *versus* Tício) |

**Causalidade:** Clara e identificável

## SÉCULO XXI

### Novos Desafios

As fronteiras da responsabilidade civil expandiram enormemente. A função compensatória, apesar de continuar relevante, em muitos casos não funciona. Daí a necessidade de atuação **ex ante** (preventiva):



#### Extrapatrimoniais

Lesões à personalidade, honra, imagem



#### Metaindividuais

Afetam coletividades, não apenas indivíduos



#### Anônimos

Difícil identificação da vítima



#### Catastróficos

Grande magnitude e impacto social



#### Irreparáveis

Impossibilidade de retorno ao status quo ante



#### Algorítmicos

Causados por tecnologias digitais e IA

# A responsabilidade civil contemporânea é multifuncional, não se resume à compensação

## Art. 927-A Proposto

*“Art. 927-A. Todo aquele que crie situação de risco, ou seja responsável por conter os danos que dela advenham, obriga-se a tomar as **providências para evitá-los**.*

*§ 1º Toda pessoa tem o dever de adotar, de boa-fé e de acordo com as circunstâncias, medidas ao seu alcance para evitar a ocorrência de danos previsíveis que lhe seriam imputáveis, **mitigar a sua extensão e não agravar o dano**, caso este já tenha ocorrido.*

*§ 2º Aquele que, em potencial estado de necessidade e sem dar causa à situação de risco, evita ou atenua suas consequências, tem direito a ser reembolsado das despesas que efetuou, desde que se revelem absolutamente urgentes e necessárias, e seu desembolso tenha sido providenciado pela forma menos gravosa para o patrimônio do responsável.*

*§ 3º Sem prejuízo do previsto na legislação especial, a **tutela preventiva do ilícito é destinada a inibir a prática, a reiteração, a continuação** ou o agravamento de uma ação ou omissão contrária ao direito, independentemente da concorrência do dano, ou da existência de culpa ou dolo. Verificado o ilícito, pode ainda o interessado pleitear a remoção de suas consequências e a indenização pelos danos causados.*

*§ 4º Para a tutela preventiva dos direitos são admissíveis todas as espécies de ações e de medidas processuais capazes de propiciar a sua adequada e efetiva proteção, observando-se os critérios da menor restrição possível e os meios mais adequados para garantir a sua eficácia.”*

# A multifuncionalidade da responsabilidade civil contemporânea

## Art. 927-A Proposto (Função Preventiva)

A materialização da prevenção no livro de Responsabilidade Civil: não se pode focar apenas na sua função de contenção de danos.

Duplo Olhar da Responsabilidade Civil: Olhar para a vítima e olhar para o ofensor (contenção de comportamentos)



### Preventiva

Impedir a prática, continuação ou reiteração de atos ilícitos



### Reparatória

Compensar a vítima pelos danos sofridos



### Pedagógica

Desestimular condutas lesivas

## Comparação Internacional

### Código Civil Argentino (art. 1708):

*"Funciones de la responsabilidad. Las disposiciones de este Título son aplicables a la prevención del daño y a su reparación"*

*"A responsabilidade civil contemporânea é multifuncional, não se resumindo à função compensatória. Ao lado desta, coexistem, ao menos, as funções preventiva e punitiva."*

— Texto da Subrelatoria da Comissão de Responsabilidade Civil

# O Código Civil precisa dialogar com a sociedade digital: danos algorítmicos exigem responsabilidade preventiva

## Do Modelo Tradicional ao Digital

O Código Civil de 2002 evidenciava apenas relações jurídicas bilaterais simples (Caio versus Tício), com danos individuais e patrimoniais, e causalidade clara. Este modelo não responde aos desafios da sociedade digital.

### Danos Algorítmicos

São danos causados por tecnologias digitais emergentes e processos decisórios automatizados por inteligência artificial:

- Causalidade complexa e difusa
- Impacto massivo e metaindividual
- Potencial catastrófico
- Dificuldade de identificação ex post

### Accountability

Fixação de parâmetros regulatórios preventivos sobre desenvolvedores de algoritmos:

- Obrigações sobre como o algoritmo é criado
- Avaliação de impacto social
- Gestão de riscos
- Eliminação ou mitigação de impacto negativo

### Integração Sistêmica

O Código Civil, como lei central do direito privado, passa a dialogar com:

- LGPD** - Lei Geral de Proteção de Dados
- Lei de IA** - Aprovada no Senado, em tramitação na Câmara
- Marco Civil** - Marco Civil da Internet

# Artigos propostos - Livro VI - Do Direito Civil Digital

## Texto proposto

*“Art. 2.027-N. É dever de todos os provedores e usuários do ambiente digital:*

*I - responder, de forma objetiva, segundo as disposições deste Código e de leis especiais, pelos danos que seus atos e atividades causarem a outras pessoas;*

*II - respeitar os direitos autorais e a propriedade intelectual;*

*III - agir com ética e responsabilidade, **evitando práticas que possam causar danos a outros usuários**, aos provedores ou à integridade e à segurança do ambiente digital;*

*IV - observar as leis e os regulamentos aplicáveis às condutas e às transações realizadas no ambiente digital.”*

*“Art. 2.027-U. É assegurado a todos o direito a um **ambiente digital seguro e confiável**, baseado nos princípios gerais de transparência, de boa-fé, da função social e da **prevenção de danos**.*

*Parágrafo único. As plataformas digitais devem demonstrar a adoção de medidas de diligência para garantir a conformidade dos seus sistemas e processos com os direitos de personalidade e os direitos à liberdade de expressão e de informação, incluindo a realização de avaliações de riscos sistêmicos para a mitigação e prevenção de danos.”*



# Artigos propostos - Livro VI - Do Direito Civil Digital

## Texto proposto

*“Art. 2.027-V. As práticas de moderação de conteúdo devem respeitar a não discriminação e a igualdade de tratamento, a garantia da liberdade de expressão e a pluralidade de ideias, facilitando a **prevenção e a mitigação de danos**.*

*§ 1º As plataformas digitais devem demonstrar a adoção de medidas de diligência para **mitigar e prevenir a circulação de conteúdo ilícito**, nos termos do regulamento.*

*§ 2º Devem ser assegurados mecanismos eficazes de reclamação e de **reparação integral de danos** para permitir que as pessoas afetadas por conteúdo ilícito notifiquem a plataforma digital, por meio de acesso a canal de denúncias, em seu idioma local, devendo ser notificadas sobre o resultado de sua reclamação.*

*§ 3º Demonstrado o conhecimento pela plataforma sobre a potencial ilicitude do conteúdo, mediante notificação eletrônica do interessado, deverão ser adotadas as providências necessárias para a indisponibilização do conteúdo ilícito.”*

# O Código Civil assume papel Relevante

Em relação à Responsabilidade Civil no Direito Digital, assume o papel de centralidade do direito privado e dialoga com os microssistemas:

**Código Civil**  
Lei central do direito privado



**LGPD**  
Proteção de dados pessoais



**Direito Digital**  
Normas tecnológicas



**Lei de IA**  
Regulação de inteligência artificial  
(aprovada no Senado)





# Coordenação Normativa

1

## **Art. 186**

Nova concepção de ilicitude

2

## **Art. 927-A**

Função preventiva

3

## **Livro Digital**

Responsabilidade algorítmica

Todos caminham conjuntamente para uma IA confiável e centrada no ser humano.

# A reforma não traz insegurança, mas sim previsibilidade e efetividade

## Argumentos a Favor da Reforma



**Previsibilidade para Agentes Econômicos**



**Maior Efetividade da Responsabilidade Civil**



**Prevenção de Lacunas Legislativas**



**Atende à Evolução Social**



**Conciliação Sistêmica**

*"O compromisso que temos de atualização do Código Civil decorre da preocupação com lacunas que precisam ser preenchidas em função da evolução social que acaba gerando conflitos e dilemas que precisam ser resolvidos."*

**Senador Rodrigo Pacheco**

*"A reforma busca trazer um Código Civil mais moderno, equilibrado e capaz de responder aos desafios da sociedade brasileira."*

**Texto da Subcomissão**

**A coordenação entre Parte Geral, Responsabilidade Civil e Direito Digital demonstra a coerência sistêmica da reforma e sua necessidade para a proteção integral da pessoa humana na sociedade contemporânea**